



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 253/2023

O **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305./0001-04 com sede na ST Bancario Sul Quadra 04, Bairro Asa Sul, Brasília/DF representada pela Sra. Liana Trost Ebling, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 132/2023**, Mem. Elet. 17.950/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Lote	Item	Código	Descrição	Un	Quant.	Valor R\$
01	01	69250	CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE EFETUAR O PAGAMENTO DA FOLHA DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS, COM EXCLUSIVIDADE.	un	01	R\$ 1.910.000,00
Valor mínimo R\$ 1.910.000,00						

O valor total do presente objeto oriundo deste contrato será de R\$ 1.910.000,00 (Um Milhão, Novecentos e Dez Mil Reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Parágrafo Primeiro. O objeto do presente instrumento visa cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha de servidores do município de Canguçu/RS, com exclusividade, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e **Pregão Eletrônico nº 132/2023**.

Parágrafo Segundo: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- O Edital da Licitação;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

Parágrafo primeiro. O contrato vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de prorrogação do contrato, o valor estabelecido na contratação será devido pela CONTRATADA, com a incidência de correção monetária pelo IPCA acumulado desde a assinatura do contrato, a ser pago em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Parágrafo único. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo único. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Parágrafo Primeiro. pagamento do preço será efetuado pela licitante vencedora no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela.

Parágrafo Segundo. No pagamento realizado após a data de vencimento, incidirão juros de 1% ao mês bem como de multa moratória de 20% do valor de contratação;

Parágrafo Terceiro. O pagamento deve ser feito por meio de Guia de Arrecadação ou mediante crédito em conta bancária de titularidade do Município. Após a assinatura do contrato, a Guia será emitida e enviada à Contratada, cabendo a esta comunicar formalmente o Município na hipótese de pagamento por meio de crédito em conta, a fim de que o Município efetue a baixa do título.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A licitante vencedora ficará obrigada a:

Parágrafo Primeiro. Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da contratante;

Parágrafo Segundo. Possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Canguçu/RS, devidamente habilitada para os serviços objeto deste contrato;

Parágrafo Terceiro. Destinar em sua agência bancária no Município um caixa preferencial para atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 05 (cinco) dias anteriores e os 05 (cinco) dias posteriores a realização do pagamento;

Parágrafo Quarto. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;

Parágrafo Quinto. Cumprir a legislação federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de quaisquer espécies decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

Parágrafo Sexto. Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação;

Parágrafo Sétimo. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Parágrafo Oitavo. Efetuar o pagamento do valor homologado na licitação, no prazo estipulado.

Parágrafo Nono. Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

Parágrafo Décimo. Cumprir todas as exigências descritas no edital de licitações e termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do **MUNICÍPIO**:

Parágrafo Primeiro. Enviar à Contratada a relação nominal dos servidores com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal;

Parágrafo Segundo. Determinar a data dos créditos na forma do item 2.12 da cláusula segunda do termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro Multa de 1% (um por cento) do valor da proposta, por dia, em caso de atraso no repasse, de que trata o item 2.12 do termo de referência, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução total do contrato.

a) Se ocorrer a inexecução total do contrato, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.

Parágrafo Segundo. Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor do contrato, por dia, no caso de atraso no cumprimento das demais obrigações previstas no edital, limitado esta a 15 dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

a) Se ocorrer a inexecução contratual, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.

Parágrafo Terceiro. A Administração poderá, em caso de cumprimento insatisfatório de qualquer das obrigações assumidas pelo particular, aplicar a penalidade de advertência, visando a correção das faltas apontadas.

a) Se a contratada, após o recebimento da Advertência, não corrigir as faltas apontadas ou, as tendo corrigido, voltar a cometê-las, a Administração aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo, inclusive, proceder a rescisão do contrato.

Parágrafo Quarto. Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, o objeto contratual.

Parágrafo Quinto. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, a totalidade do objeto contratual.

Parágrafo Sexto. Em qualquer caso, a rescisão do contrato, por culpa da contratada, implicará no perdimento, em favor do Poder Público, dos valores repassados ao Município.

Parágrafo Sétimo. Se da infração ao contrato, pela contratada, decorrer danos patrimoniais ao Município, será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar, aplicado de acordo com os critérios fixados nos itens anteriores;

Parágrafo Oitavo. Considerar-se-á extinto o Contrato ao término do prazo da cessão e, ainda, nas seguintes hipóteses, sempre garantindo ao Contratado o direito de ampla defesa:

- a) rescisão, conforme previsto nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte da cessionária, nos termos dispostos no Edital e respectivo Contrato.
- b) anulação do presente procedimento licitatório e seu respectivo contrato.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

Parágrafo Primeiro. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Terceiro. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quarto. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quinto. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

Parágrafo Sexto. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Parágrafo Oitavo. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Parágrafo Nono. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I) os valores das Notas fiscais correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

O contratante poderá ainda:

I) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.



II) O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RECEITA

Parágrafo Primeiro. O pagamento do preço contratado, será efetuado pela licitante vencedora no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela. O pagamento deve ser feito por meio de Guia de Arrecadação ou mediante crédito em conta bancária de titularidade do Município. Após a assinatura do contrato, a Guia será emitida e enviada à Contratada, cabendo a esta comunicar formalmente o Município na hipótese de pagamento por meio de crédito em conta, a fim de que o Município efetue a baixa do título.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Parágrafo Primeiro. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro. A fiscalização pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, através do servidor(a) Gérson Junis Nunes Oliveira, matrícula 8927-3.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO


Parágrafo Primeiro. As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

Parágrafo Segundo. E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em via de igual teor e forma.

Canguçu, 13 de Novembro de 2023.


MARCUS VINICIUS MULLER PEGARARO
CONTRATANTE


CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CONTRATADA


FUND. 15.126/2014
CABR. 6.5.3/4
Procuradora do Município



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação por objeto a cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha de servidores do Município de Canguçu/RS, com exclusividade, conforme especificações a seguir:

1.1.1. Pagamento da folha dos servidores municipais ativos, estatutários, celetistas, cargos em comissão e contratados temporários da Administração Direta Municipal, em número aproximado de 1.289 (mil duzentos e oitenta e nove) servidores, podendo ocorrer variação de até 25%, para mais ou para menos, ao longo do período do contrato, além de desdobramentos de matrículas em função de convocação em regime de exclusividade.

1.1.2. Não se sujeitam ao objeto deste edital e, por conseguinte, não integram a contratação pertinente, os pagamentos efetuados pelo Município, decorrentes de contas vinculadas a convênios, bem como as contas de depósitos identificados como judiciais e/ou precatórios.

1.1.3. A agência bancária da licitante deverá destinar um caixa preferencial para atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 05 (cinco) dias posteriores a realização do pagamento;

1.1.4. Os serviços objeto desta licitação somente poderão ser subcontratados mediante expressa anuência do Município.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO:

2.1. A licitante deverá dispor de sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e *on line*.

2.2. Havendo alteração/substituição do sistema informatizado do Município, deverá a licitante realizar a necessária compatibilização. Em qualquer hipótese, todas as despesas de adaptação e/ou conversão, se necessárias, ocorrerão por conta da Contratada.

2.3. A licitante deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelas instituições financeiras.

2.4. Disponibilizar aos servidores municipais, no mínimo, a franquias de serviços bancários essenciais com isenção de tarifas definidas no inciso I do artigo 2º da Resolução nº 3.919/2010 do Conselho Monetário Nacional, ou a que vier a sucedê-la, bem como assegurar o exercício do direito à portabilidade salarial de que trata a Resolução CMN nº 5.058/2022 e Resolução BCB nº 284/2023 ou outras normas que vierem a sucedê-las no decorrer do contrato.

2.4.1. Os demais serviços prestados pela instituição financeira, voluntariamente contratados pelos servidores, poderão ser remunerados de acordo com a tabela de tarifas da instituição financeira, desde que em conformidade com a legislação aplicável.

2.5. Deverão ser observadas, complementarmente, as normas do Banco Central do Brasil.

2.6 O Município não realizará o pagamento dos servidores municipais por intermédio da licitante vencedora enquanto não concluída a abertura de todas as contas bancárias para os servidores e a entrega dos produtos/serviços previstos no subitem 2.4 a todos os servidores municipais.

2.7. Para a prestação do serviço deverá a licitante contar com pelo menos uma agência bancária no Município, sendo que este não realizará o pagamento dos servidores municipais por intermédio da licitante vencedora enquanto não efetivamente estabelecida a referida agência, a qual não poderá se dar em prazo superior a **60 dias** contados da data da assinatura do contrato.

2.8. Será concedido à licitante vencedora o direito de disponibilizar aos servidores municipais, pelo período de vigência do contrato, empréstimos em consignação na folha de pagamento, em conformidade com a legislação própria. A Instituição poderá disponibilizar a antecipação do décimo terceiro salário aos funcionários que solicitarem essa operação.

2.9. As taxas de juros a serem praticadas para os empréstimos em consignação serão negociadas de acordo com a política interna de concessão de crédito da instituição bancária



contratada, observadas as diretrizes fixadas pelo Banco Central do Brasil, objetivando o estabelecimento de taxas de juros adequadas, vedada a estipulação de valores superiores somente em decorrência da natureza ocupacional dos servidores públicos municipais.

2.10. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, gratificação natalina, férias e demais créditos originários da relação entre o servidor e o Município.

2.11. O município enviará a relação nominal dos servidores com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data do crédito, no caso de pagamento mensal.

2.12. O Município determinará a data dos créditos da seguinte maneira:

2.12.1 D-2 = data para ser repassado o arquivo.

2.12.2 D-1 = data para ser emitida a ordem de pagamento dos recursos empenhados pelo Município para a licitante vencedora, para crédito nas contas bancárias individuais dos servidores.

2.12.3 D-0 = data da entrega dos recursos pelo Município para a Instituição Financeira (licitante vencedora) e crédito na conta do servidor, disponível para saque.

2.13. As transferências e/ou créditos para as contas bancárias dos servidores municipais sujeitam-se, obrigatoriamente, às normas do Banco Central do Brasil, vigentes e/ou que venham a vigor no curso do contrato, as quais prevalecerão em qualquer caso ou tempo.

2.14. A licitante vencedora, em caso de cancelamento ou impossibilidade de depósito na conta bancária mantida pelo servidor, deverá disponibilizar o pagamento do respectivo crédito através da modalidade ORDEM DE PAGAMENTO.

2.15. Além da conta bancária geral de pagamento da folha, a CONTRATADA deverá realizar a abertura de uma conta bancária específica para pagamento dos servidores remunerados com os recursos FUNDEB (vinculada ao CNPJ nº 30.008.754/0001-59), observando todas as normas que regulamentam a movimentação financeira deste recurso, especialmente a Portaria nº 807/2022 do FNDE e na Portaria Conjunta FNDE/STN nº 3/2022 ou outras normas que as sucederem.

2.16. A CONTRATADA deverá garantir atendimento integral à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e adotar todas as medidas necessárias à segurança das operações financeiras realizadas pelo Município e demais servidores (corretivas e preventivas), cumprindo todas as normas do Código de Defesa do Consumidor e BACEN.

2.17. A CONTRATADA, no fornecimento de créditos aos servidores deverá adotar medidas de orientação financeira adequada, objetivando prevenir o superendividamento, na forma da Lei nº 14.181/2021.

2.18. Pirâmide Salarial com base nos dados da folha de pagamento do mês de Julho/2023 (valor e quantidade de servidores por faixa salarial):

FAIXA SALARIAL	Nº FUNCIONÁRIOS (*)	DETALHAMENTO
Até R\$ 2.000,00	48	Servidores efetivos: 20 Cargos em Comissão: 09 Contratos temporários: 19
De R\$ 2.000,01 até R\$ 3.000,00	293	Servidores efetivos: 226 Cargos em Comissão: 28 Contratos temporários: 39
De R\$ 3.000,01 até R\$ 4.000,00	283	Servidores efetivos: 248 Cargos em Comissão: 04 Contratos temporários: 31
De R\$ 4.000,01 até R\$ 5.000,00	243	Servidores efetivos: 198 Cargos em Comissão: 02 Contratos temporários: 43



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

De R\$ 5.000,01 até R\$ 7.000,00	230	Servidores efetivos: 219 Cargos em Comissão: 07 Contratos temporários: 04
Acima de R\$ 7.000,01	192	Servidores efetivos: 191 Cargos em Comissão: 00 Contratos temporários: 1
TOTAL	1289	Servidores efetivos: 1102 Cargos em Comissão: 50 Contratos temporários: 137

(*) O número de funcionários por faixa salarial foi calculado pela média do salário bruto, que poderá sofrer alterações mês a mês, conforme a remuneração.

Valor da Folha de Pagamento do mês de Julho/2023	
Valor bruto da folha de 07/2023	R\$ 6.440.734,60
Valor líquido da folha de 07/2023	R\$ 4.109.732,88

- 2.19. A licitante não cobrará tarifas bancárias sobre as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas durante a vigência do Contrato.
- 2.20. O pagamento dos servidores municipais não implicará em nenhum custo para o Município e para os servidores.
- 2.21. A instituição bancária deverá promover a abertura de contas dos servidores, na modalidade conta corrente salário, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, preferencialmente no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário).

3. DO PRAZO DO CONTRATO:

- 3.1 O contrato vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- 3.2 Na hipótese de prorrogação do contrato, o valor estabelecido na contratação será devido pela CONTRATADA, com a incidência de correção monetária pelo IPCA acumulado desde a assinatura do contrato, a ser pago em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do aditivo contratual.

4. DO VALOR MÍNIMO ADMITIDO

- 4.1 Pela cessão de direitos de efetuar o pagamento da folha de servidores com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o Município estabelece o valor mínimo admitido de **R\$ 1.906.505,41 (um milhão, novecentos e seis mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e um centavos)**, elaborado a partir de pesquisa de preços realizada junto ao portal Licitacon do TCE/RS, utilizando-se a média aritmética do valor por servidor/mês multiplicada pelo número de servidores e de meses do contrato¹.
- 4.2 O pagamento do valor da proposta vencedora deverá ser realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A licitante vencedora ficará obrigada a:
- 5.1.1. Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da contratante;
- 5.1.2. Possuir, no mínimo, 01 (uma) agência bancária no Município de Canguçu/RS, devidamente habilitada para os serviços objeto deste contrato;
- 5.1.3. Destinar em sua agência bancária no Município um caixa preferencial para atendimento dos servidores municipais, no mínimo pelo período compreendido entre os 05 (cinco) dias anteriores e os 05 (cinco) dias posteriores a realização do pagamento;



- 5.1.4. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;
- 5.1.5. Cumprir a legislação federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de quaisquer espécies decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
- 5.1.6. Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação;
- 5.1.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.8. Efetuar o pagamento do valor homologado na licitação, no prazo estipulado.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO:

- 6.1. O prazo de validade da proposta financeira será de 60 (sessenta) dias.
- 6.2 Será adotado como critério de julgamento das propostas Maior Lance ou Oferta.
- 6.3 Somente serão classificadas as propostas de valor superior a R\$ 1.906.505,41 (um milhão, novecentos e seis mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e um centavos).
- 6.4 Poderão participar da licitação quaisquer interessados que, nesta fase, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos para a execução de seu objeto, quais sejam:
- a)Habilitação Jurídica;
 - b)Qualificação econômico-financeira;
 - c)Regularidade fiscal;
 - d)Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;
- 6.5 Para fins de habilitação jurídica deverá a licitante, conforme o caso, apresentar:
- 6.5.1 Ato Constitutivo da instituição, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.5.2 Autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil;
- 6.5.3 Declaração do Banco Central do Brasil de que não se encontra em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial.
- 6.5.4 Prazo de pagamento: o pagamento do preço será efetuado pela licitante vencedora no prazo máximo 1 R\$ 24,65 x 1289 servidores x 60 meses.

de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela. No pagamento realizado após a data de vencimento, incidirão juros de 1% ao mês bem como de multa moratória de 20% do valor de contratação;

6.5.5 O pagamento deve ser feito por meio de Guia de Arrecadação ou mediante crédito em conta bancária de titularidade do Município. Após a assinatura do contrato, a Guia será emitida e enviada à Contratada, cabendo a esta comunicar formalmente o Município na hipótese de pagamento por meio de crédito em conta, a fim de que o Município efetue a baixa do título.

6.5.6 Somente poderão participar do presente processo licitatório instituições financeiras que atenderem às disposições deste Edital.

6.5.7 Não será permitida a participação de empresas consorciadas.

6.5.8 As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos neste Edital, Anexos e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e integral cumprimento do Contrato.

7. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. A título de informação adicional aos licitantes, informa-se que, tomando por base a folha de pagamento do mês de Julho/2023, o valor total de empréstimos consignados foi de aproximadamente R\$ 630.300,00, sendo que a quantia vinculada à instituição bancária detentora dos direitos da folha de pagamento representou o equivalente a 51,10% do total, com aproximadamente R\$ 322.100,00. Ressalta-se que o valor total citado abrange servidores ativos e inativos, sendo que o objeto da presente licitação abrange apenas os ativos.

7.2. O objeto da contratação será apenas para cessão onerosa dos direitos relativos à folha de pagamento e abertura das contas de pagamento correspondentes, mas não abrange a contratação de outros tipos de serviços bancários pelo Município, tampouco há obrigação de transferência de recursos excedentes aos necessários para pagamento da folha dos servidores.

A pirâmide salarial fornecida para fins de análise das instituições bancárias participantes será a constante no item 2.18 do presente Termo de Referência, sendo que o Município não realizará o preenchimento de formulários específicos para atender a modelos pré-estabelecidos de nenhuma instituição, cabendo a cada licitante avaliar e apresentar sua proposta com base nas informações disponibilizadas.

